

# **A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NO TERRITÓRIO DA ANTIGA CAPITANIA DE ILHÉUS, 1784 – 1808.**

Madson Mendes dos Santos  
Bolsista de Iniciação Científica CNPq  
Graduando em História/UESC

## **1- Introdução:**

A antiga capitania de Ilhéus corresponde a um espaço costeiro, limitado ao norte pelo rio Jequiriçá e, ao sul, pelo rio Jequitinhonha. A capitania hereditária, que deixou de existir em 1761 - quando foi incorporada à capitania real da Bahia - deu lugar à comarca, mantendo, todavia, os mesmos limites territoriais até meados do século XIX.

Na base econômica das populações que viveram naquele território, ao longo de todo o período colonial, estiveram atividades de caráter extrativista e de beneficiamento ou semi-beneficiamento de recursos florestais. A produção madeireira voltada para a construção naval e civil foi pouco estudada no âmbito da história econômica e agrária do período colonial brasileiro. Não obstante, esta produção se configurou em um ramo da economia colonial muito disseminado e, não raro, articulado a outros setores, como a agricultura de exportação e a de abastecimento interno. No território em foco, a produção de madeiras e peças semi-beneficiadas para a construção naval foi diretamente explorada pela Coroa, garantindo um fluxo de receitas da Fazenda Real por um período de mais de cem anos (1715-1822), moldando não apenas métodos produtivos, mas aspectos singulares da cultura daquela sociedade.

Por outro lado, a exploração econômica da Mata Atlântica imprimiu transformações na própria paisagem e na dinâmica dos ecossistemas florestais, por ter promovido a devastação de diversos pontos das matas ciliares. A ocorrência de espécies de alto valor mercantil - como o vinhático, a sucupira e o potumuju – localizadas em pontos da floresta onde era possível seu escoamento pelas vias fluviais, orientou o estabelecimento de unidades produtivas que se fizeram núcleos de futuras vilas e atuais cidades, mas determinou, também, a quase extinção precoce daquelas espécies mais valorizadas.

Trabalhos de pesquisa realizados anteriormente construíram um bom quadro dos espaços econômicos e dos sistemas agrários do território correspondente à antiga capitania de Ilhéus ao longo do período colonial. Há, todavia, um longo caminho a percorrer no que se refere ao grande repertório de usos econômicos daquele recorte da Mata Atlântica. Esta pesquisa buscou, assim, contribuir para o conhecimento do tema, ao explorar uma região pouco focada na historiografia sobre o Brasil colonial.

As fontes que fornecem informações diretas sobre o cotidiano das estruturas agrárias e das atividades produtivas e mercantis, normalmente revelam, também, aspectos importantes dos recursos naturais explorados pela população e alguns resultados das atividades humanas inscritas nas paisagens. No caso específico da capitania e comarca de Ilhéus, a exploração oficial de recursos madeireiros exigiu a presença de funcionários e de uma burocracia que nos legou um rico fundo documental (sobretudo a partir da década de oitenta do século XVIII), de grande potencial para a história agrária e ambiental. É sobre esta base empírica que se fundamentou este projeto.

Como objetivo geral, procurou-se investigar as possibilidades e os limites que a floresta Atlântica impôs à moldagem de métodos produtivos concernentes à exploração madeireira no território correspondente aos limites da antiga capitania de Ilhéus, assim como os métodos produtivos em si e o nível de pressão que os mesmos exerceram sobre a própria floresta. Partiu-se da hipótese de que a floresta, normalmente vista pela historiografia tradicional como um empecilho ao processo de colonização - já que supostamente permitiria a sobrevivência de grupos indígenas resistentes -, teria se configurado num importante vetor de desenvolvimento econômico naquele território, envolvendo, nas atividades madeireiras, uma parcela significativa da sua população.

## **2- Espécies florestais exploradas comercialmente:**

A documentação que trabalhamos demonstra que, ainda no final do século XVIII, os colonizadores experimentavam as espécies nativas para finalidades variadas, conforme as propriedades identificadas pela experiência e pelas informações colhidas entre os índios. A tabela abaixo aponta as espécies e os usos que delas se faziam na construção naval.

### Madeiras de construção naval e seus usos. <sup>1</sup>

<b>Lemes</b>	Sucupira, Angelim, Pau d' Arco (Ipê).
<b>Peças Diretas</b>	Jatobá, Oiticica, Maçaranduba.
<b>Cavilhas</b>	Pau d' Arco (Ipê).
<b>Sobre Quilha</b>	Maçaranduba, Carvalho.
<b>Forros dos Navios</b>	Potumuju, Vinhático.
<b>Fundos dos Navios</b>	Tapimhoã, oiti.
<b>Mastros</b>	Jequitibá, Óleo, Tapimhoã.
<b>Encaixes e figuras de Proa</b>	Cedro Vermelho.

A relação entre a espécie e uma determinada finalidade dependia de critérios como a forma, a densidade e a durabilidade. O jequitibá, por exemplo, foi muito utilizado para a fabricação de mastros, pelo fato de ser reto e relativamente leve. Para assoalhos e forros, utilizava-se, preferencialmente, vinhático e potumuju, pela grande durabilidade que apresentavam e pelo fato de serem mais ‘macias’ do que espécies como a maçaranduba e a sucupira, o que facilitava o trabalho de fabricação de pranchões. Estas últimas, por sua vez, pela alta densidade e durabilidade, eram usadas na confecção de cascos, quilhas e proas, dentre outras peças.

Pode-se aventar que a preferência por certas espécies imprimiu uma dinâmica de extrativismo seletivo nas áreas de corte, contribuindo, assim, para a extinção precoce de algumas populações mais demandadas das matas ciliares dos rios Mapendipe, Una (do norte), Maricoabo, Igrapiúna, Taperoá, Jequié, dentre outros situados na zona costeira do baixo sul baiano.

No período em estudo, as autoridades envolvidas na exploração oficial de madeiras na comarca de Ilhéus manifestavam grande interesse em racionalizar esta atividade.

---

<sup>1</sup> A tabela gerada foi produzida de forma parcial a partir do documento Memória sobre os Cortes de Madeira de Construção Estabelecidas na Comarca de São Jorge dos Ilhéus... 1790. 1 doc. original, 42 f. inum. ms 512 (47, doc. 2) (pastas 09 e 40).

Tradicionalmente, o administrador da feitoria recebia as encomendas das madeiras para o fabrico de uma embarcação. Com a relação em mãos, passava a incumbência para os mestres carapinas (carpinteiros), que adentravam nas matas juntamente com os serradores e os falquejadores em busca do que era requerido. Este procedimento, segundo autoridades como o capitão Domingos Alves B. M. Barreto e o juiz Baltazar da Silva Lisboa, gerava desperdício de dinheiro e de recursos, pois, muitas vezes, ao se derrubar uma grande árvore para se fazer pranchões, por exemplo, derrubavam-se também muitas ao seu redor, as quais ficariam abandonadas, sem que delas se fizessem qualquer uso. Propuseram, então, que se explorassem as áreas de corte por zona, retirando de cada uma, madeiras para diversos fins. Assim, seriam aproveitadas várias espécies de uma mesma zona, visando atender a várias encomendas. Várias outras propostas de racionalização da produção e do transporte das madeiras de construção aparecem na documentação, algumas reveladoras do interesse pela preservação dos recursos florestais considerados estratégicos para a Coroa, como as madeiras de construção naval, por exemplo. Apesar de não estar dentre os nossos objetivos a intenção de aprofundarmos uma investigação sobre as expressões do pensamento daquelas autoridades sobre a natureza e a utilização dos recursos florestais, os documentos transcritos no âmbito deste projeto constituem-se num rico manancial para trabalhos futuros desta temática.

### **3- Áreas de exploração e seus núcleos de população:**

Quando pensamos no papel das Feitorias Reais no processo de extração madeireira devemos deixar claro a sua distinção das antigas feitorias de pau-brasil e a sua forma de organização no espaço e tempo. Lapa (1968) alertava sobre as várias especificidades que distinguiu as unidades produtivas de madeira: enquanto as de pau-brasil não passavam de “simples pontos de escala”, onde não havia um interesse imediato em se estabelecer naquelas regiões, e sim, apenas o desejo predatório da extração madeireira, os Cortes Reais estabelecidos no século XVIII se tornariam possíveis a partir de fixações permanentes as margens de rios.

A feitoria de Cairú foi criada no ano de 1715. Consistia num aparelho burocrático a frente do qual havia um administrador capaz de gerir os recursos enviados pela Fazenda Real. Com estes recursos, contratava os fabricantes, geralmente

agricultores locais, pessoas destacadas daquela sociedade modesta, os quais detinham parcelas maiores de terra e cargos da governança local, como apontou Dias (2007 cap. IV). As unidades produtivas propriamente ditas eram denominadas de cortes de madeiras, ou simplesmente cortes. Podemos observar que à medida que se expandia o número de cortes, crescia também o número de povoações no termo da vila de Cairú e Boipeba. Maricoabo e Taperoá foram exemplos de unidades de cortes que se tornaram povoações. Essas povoações surgiam da instalação de cortes permanentes as margens de rios, o que seria na verdade uma forma de facilitar o corte de madeiras e o seu rápido escoamento que era feito pelos rios. Desses cortes surgiriam sistemas interligados de serviços financiados pela Coroa.

Na tabela abaixo veremos as áreas pertencentes à Comarca de Ilhéus e suas respectivas áreas anexas.

#### **Áreas de corte de madeiras administrados pela feitoria de Cairu (século XVIII)<sup>2</sup>**

<i>Comarca</i>	<i>Vila</i>	<i>Sítio ou povoado</i>
<b>Comarca dos Ilhéus.</b>	<b>Camamu</b>	Igrapiúna (povoação)
	<b>Santarém</b>	Povoado da Finca.
	<b>Cairu</b>	Maricoabo, Taperoá, Mapedipe, Una, Jequiricá*. (povoação)
	<b>Boipeba</b>	Jequié (povoação)
	<b>Rio de contas</b>	Não consta informação.

\* Ficava fora dos limites da Comarca dos Ilhéus, porém, estava diretamente ligada a Feitoria de Cairu.

#### **4- Tecno-ambiente: A aplicação da tecnologia ao ambiente.**

A exploração florestal teve um aumento significativo após o terremoto ocorrido em Lisboa em 1755, quando se fez necessário o envio de madeiras para reconstrução da cidade. É importante ressaltar a conjuntura social em que vivia a Europa do final do século XVIII, que oscilava entre conflitos militares e posteriormente a Revolução Francesa, essas agitações também fizeram com que se aumentasse o interesse em adquirir uma maior frota para o arsenal da marinha, e por conseqüência, uma quantidade

<sup>2</sup> A tabela gerada foi gerada a partir de uma série de documento, vê documentos transcritos.

maior e mais regular de envio de madeiras. É desse ponto que partimos do objetivo de maximizar os cortes de madeiras pela Coroa tornando mais viáveis essa exploração.

No início a derrubada de madeira se fazia de forma muito rudimentar havendo desperdício tanto das próprias árvores, que acabavam sendo feitas sem observar medidas pré-estabelecidas havendo por muitas vezes envio de madeiras a Ribeira de Lisboa com a proporção menor do que as pedidas, ou pelas formas que se derrubavam essas árvores, que se precipitavam sobre outras e as arrancavam de qualquer forma, ficando as árvores a redor inutilizadas para o uso futuro.

Após constantes observações sobre os cortes de madeira, se percebeu que a mão-de-obra escrava africana não se fazia ágil para esses cortes, pois não conheciam técnicas a serem utilizados para um melhor aproveitamento das toras, sendo dessa forma, utilizada na maioria das vezes a mão-de-obra indígena, que já tinha certo conhecimento no corte de madeira, por conseqüente, foram enviados da Coroa alguns mestres carpintas que fariam o papel de melhor avaliar as madeiras e melhor executar os cortes, ficando a cargo deles o controle sobre as obrigações dos demais trabalhadores.

É necessário avaliar que essas madeiras extraídas das florestas da Comarca dos Ilhéus não seguiam para Lisboa em sua essência na forma de toras. Havia serrarias onde de lá saiam por muitas vezes madeiras na forma de pranchões ou de peças prontas ou semi-prontas, não só isso, há registros de estaleiros na região onde eram fabricados embarcações de pequeno e médio porte para que fossem conduzidas as madeiras extraídas nos cortes para Salvador e de lá para Lisboa.

A tabela abaixo extraída de um documento do século XVIII aponta o levantamento de peças e preços que ressaltam o comércio e o beneficiamento das madeiras de construção naval.<sup>3</sup>

<b>Nº</b>	<b>Nomes das Pessas</b>	<b>Preço de cada hum Páo</b>	<b>Nº</b>	<b>Nomes das Pessas</b>	<b>Preço de cada hum Páo</b>
-----------	-------------------------	------------------------------	-----------	-------------------------	------------------------------

---

<sup>3</sup> Tabela original, Apêndice da Memória dos Cortes de madeiras de construção...

1	<b>A</b> Apostura.....	2\$000	17	Transportes .....	108\$600
1	<b>B</b> Beque [Amaore] para elle.....	2\$400	1	<b>G</b> Gurupés de olio de 80 a 90 palmos e 10 de [roda].....	110\$000
1	Borçada.....	7\$000	1	<b>L</b> Lata de 40 –a 50.....	1\$200
1	Braço.....	1\$600	1	Lata de 30 a 40.....	\$640
1	Bomba de [Sucupirussu].....	4\$800	1	<b>M</b>	
1	Bomba menor.....	3\$200			
	<b>C</b>				
1	Cauce.....	14\$000		Nº dos Páos	Cumprim <sup>t</sup> º a palmos
1	Curva .....	1\$800		[Poda] a Palmo s	
1	Caverna .....	1\$800	1	Mastro de olio	11 na altura de 35
1	Cadaste de popa.....	9\$600	1	D.º .....	10 na altura de 30
1	Curva de palmear.....	9\$600	1	D.º .....	100 a 115
1	Coluna .....	11\$000	1	D.º .....	110 a 115
1	Curva de beque.....	7\$000	1	D.º de Anhaibatan	110 a 115
1	Curva de coberta.....	3\$000	1	D.º .....	100...
1	Coral .....	11\$000	1	D.º .....	80 a 95
	<b>E</b>		1	Mastaréo de Gávea	70 a 75
1	Escôa direita.....	4\$800	1	Mastro de Joanete	''
<b>17</b>	Segue.....	<b>108\$600</b>	<b>28</b>		
					1:144\$3 40

No que se refere à caracterização dos tecno-ambientes das feitorias de pau-brasil, envolviam sempre um aldeamento na proximidade para a provisão da mão-de-obra. A tecnologia de produção era a mais rudimentar, incluindo apenas o uso do machado e dos facões para o trabalho de corte e falquejo para a transformação das árvores em toras, forma final do produto. No porto havia a balança que pesava as toras em quintais, arrobas e libras.

## **Conclusão:**

A importância da Mata Atlântica brasileira como fonte de recursos para a economia metropolitana tem sido associada quase que exclusivamente à produção agrícola. Por esta ótica, valeria mais a floresta devastada para dar lugar a fazendas de cana do que em razão dos seus próprios recursos. A grande biodiversidade da Mata Atlântica, porém, não passou despercebida para os colonizadores, que logo viram seu potencial para a exploração madeireira. A capitania de Ilhéus, pelo que representou para os suprimentos de madeiras para a marinha metropolitana, teve na atividade madeireira um dos principais vetores de renda. As zonas da capitania e posteriormente comarca de Ilhéus onde foram abertos cortes de madeiras oficiais tiveram suas economias dinamizadas por conta dos pagamentos da Fazenda Real. No início do século XIX, algumas das vilas e povoações mais prósperas da então comarca eram oriundas de cortes de madeiras, como Valença, Nova Boipeba (antiga povoação do Jequié e atual município de Nilo Peçanha) e Igrapiúna. Outras, como Santarém (hoje Ituberá), antiga vila indígena, prosperava pela atividade madeireira. Esta envolvia grande parcela da população, sobretudo o grande contingente de índios aldeados.

Assim, além de moldar a paisagem, orientando a ocupação de áreas ricas em determinadas espécies e favoráveis ao escoamento pelas vias fluviais, a exploração madeireira envolveu diferentes seguimentos daquela sociedade. Neste recorte da América portuguesa, não se constituiu uma sociedade de senhores de engenho e escravos, mas de pequenos agricultores, índios aldeados, escravos, forros e colonos despossuídos que assumiram papéis de fabricantes, carpinteiros, comboeiros, serradores, falquejadores, estradeiros, carroceiros etc.

## Referências Bibliográficas:

- ANAIS da Biblioteca Nacional (ABN), volume 36: *Ofício do Ouvidor da comarca dos Ilhéus, Baltasar da Silva Lisboa, para D. Rodrigo de Sousa Coutinho,...* Cairu, 20 de março de 1799, p.102-117
- CABRAL, Diogo. *Produtores Rurais e Indústria Madeireira no Rio de Janeiro do Final do Século XVIII: evidências empíricas para a região do vale do Macacu*. p. 21. (PDF).
- CAMPOS, João da Silva. *Crônicas da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Ilhéus: Editus, 2006 (3ª ed.).
- COELHO FILHO, Luis Walter. *A Capitania de São Jorge e a década do açúcar (1541-1550)*. Salvador, Vila Velha, 2000.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo, Cia das Letras, 1996
- DIAS, Marcelo H. *Economia, sociedade e paisagens da capitania e comarca de Ilhéus no período colonial*. Niterói, PPGH-UFF, 2007 (tese de doutorado).
- \_\_\_\_\_. As feitorias de madeira e a ocupação territorial da antiga capitania de Ilhéus. In *Especiaria* (Revista da UESC), Ilhéus, n. 11-12 jan./dez. 2003, p. 145-177.
- \_\_\_\_\_. Senhores da floresta. In *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, n. 7, jan. 2006, p. 53-57.
- \_\_\_\_\_; CARRARA, Ângelo A. (orgs.). *Um lugar na história: a capitania e comarca de Ilhéus antes do cacau*. Ilhéus: Editus, 2007.
- DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linha de pesquisa. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, 1991, p. 177-197. (PDF).
- FREITAS, Antonio F. G. de e PARAÍSO, Maria H. *Caminhos ao encontro do mundo. A capitania, os frutos de ouro e a Princesa do Sul*. Ilhéus: Editus, 2001.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A Bahia e a Carreira da Índia*. São Paulo, Cia Editora Nacional/USP, 1968.
- LINHARES, Maria Yedda Leite & TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. *História da agricultura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- MAHONY, Mary Ann. *The world cacao made: society, politics and history in Southern Bahia, Brazil, 1822-1919*. Yale: Dissertation of the degree of doctor of Philosophy. Yale University, 1996.
- MILLER, Shawn. *Fruitless tress. Portuguese conservation and Brazil's colonial timber*. Stanford UP, 2000.
- MORTON, F. W. O. the royal timber in late colonial Bahia. *Hispanic American Historical Review*. , 58:1 (fev. 1978), pp 41-61;
- PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. RJ, Zahar, 2002.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *A Morfologia da Escassez: política econômica e crises de fome no Brasil*. Niterói: PPGH-UFF, 1991 (tese de doutorado).
- \_\_\_\_\_. e LINHARES, Maria Y. Região e História Agrária. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 08, n. 15, 1995, p. 17-26.
- VILHENA, L. dos S. *A Bahia do século XVIII*. Notas e comentários de Braz do Amaral. Apresentação de Edsom Carneiro. Bahia, Ed. Itapuã, 1969, vol 2.
- WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 4, nº 8, 1991, p. 198-215.

## **Documentos Transcritos:**

- 1) *Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus* (atribuo a autoria a Domingos Alves Branco Munis Barreto; ano provável, 1800). Ms 512 (47, doc. 2).
- 2) *Documentos relativos ao corte de madeiras na Comarca de Ilhéus do Ouvidor Baltazar da Silva Lisboa. Queluz, Valença, 1791-1806.* 24 docs. Originais e cópias, 70 f. Ms 512 (47, doc. 08).
- 3) *Memória sobre as matas da comarca de Ilhéus, cortes de madeiras, regulamento dos cortes e estado atual ... por Baltazar da Silva Lisboa, 1803, f. 78, ms. 512 (56, doc. 24).*
- 4) *Ofícios de Baltazar da Silva Lisboa sobre cortes de madeira na Bahia, 1800-1808, f. 17. Ms. 512 (55 doc. 36).*
- 5) *Ofícios (4) do desembargador Francisco Nunes sobre o contrabando do pau-brasil no Rio Grande, Patipe e Belmonte. Camamu/Cairu, 1786-1787, ms. 512 (34, doc. 31)*
- 6) *Auto da vistoria e exame feito nos dias 8 e 12 de fevereiro de 1800 nos roçados de Igrapiúna, na Província da Bahia. Camamu, 1800. 512(55, doc 5).*
- 7) *Cartas e documentos do livro de registros da inspeção dos cortes de madeira. Valença e Cairu. 1790-1800. 10 docs. originais e cópias, 18 f. ms 512 (47, doc. 3).*
- 8) *Ofício ao desembargador dos Reais Cortes sobre a perda dos dois paus destinados a servi de mastros à Fragata “Princesa Carlota”. Cairu, 1 de outubro de 1790.II- 34, 5, 35*
- 9) *Proposta do inspetor dos Reais Cortes de Madeira Francisco Nunes da Costa, para Melhoria e maior Lucro no transporte de madeiras. Bahia 19 de outubro de 1789, II – 33, 25, 6.*